

TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO – UM ESTUDO ACERCA DOS IMPACTOS NOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DEVIDO A MUDANÇAS LEGISLATIVAS (APOIO UNIP)

Aluna: Shisleyne Domingos Padilha

Orientadora: Profa. Dra. Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto

Curso: Administração

Campus: Marquês

A pesquisa teve por objetivo estudar as mudanças e os impactos causados na contratação de trabalhadores terceirizados após a promulgação da Lei nº 13.467/17, uma vez que altera a Lei nº 6.019/74 (Lei do trabalho temporário) e a Lei nº 13.429/17, passando a permitir que qualquer atividade pudesse ser terceirizada. Utilizou-se o método descritivo, fazendo uso de pesquisas bibliográficas e documentais acerca das Leis nº 6.019/74, nº 13.429/17 e nº 13.467/17, e de reportagens e artigos que abordam este método de contratação, além da utilização do respaldo teórico da teoria dos *stakeholders*, utilizando-a como base para explicar como os interessados na terceirização dos empregos se relacionam e como os posicionamentos e cargos influenciam decisões e aprovações de leis no Brasil. A conclusão do estudo é que a reforma não cumpriu sua principal promessa, abordada antes de sua promulgação, que era a alta na geração de empregos formais e a redução da taxa de trabalhos informais. A taxa geral de desemprego mudou pouco depois da aprovação da reforma, cerca de 0,5% (UOL, 2019). Em compensação, os empresários conseguiram diminuir os processos trabalhistas, cerca de 36,5% em comparação com os 8 primeiros meses de 2018 e 2017, segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST) (G1, 2018). E, para o trabalhador, diversos direitos, antes respaldados pela Lei, foram seriamente revogados. Por fim, é notório que a reforma trabalhista se mostra ser de cunho ideológico restritivo e político, acompanhando as mudanças decorrentes da globalização e flexibilização das relações de trabalho.